

Discurso populista e temores reais

Osvaldo Alvarenga · 16.09.2026

POLÍTICA · SOCIEDADE · ECONOMIA

A desigualdade económica entre as nações já foi muito menor do que agora. O que têm a globalização e o capitalismo de vigilância a ver com tudo isto?

Um conto sufi: tarde da noite, Mullah Nasruddin¹ mapeava o chão em frente de casa. «O que você está procurando?» perguntou o vizinho que chegava àquelas horas. «Procuro as chaves de casa.» O vizinho pôs-se a ajudar. Passado algum tempo e não tendo encontrado nada, insistiu: «Mas Mullah, tem certeza de que você deixou cair aqui as chaves?» «Não. Elas caíram lá atrás quando tentei tirá-las do bolso.» «Mas então por que você está procurando aqui e não lá?» «É que lá está muito escuro e aqui tem luz.»

Até o século XIX, a desigualdade econômica dentro e entre as nações era muito menor do que a que viria a surgir depois. Como mostra Michail Moatsos em *Share of population living in extreme poverty – Long-run estimates (Our World in Data, 2021)*², até 1820, mais de 75% da população mundial vivia em condições materiais que hoje seriam consideradas de extrema pobreza. Mesmo entre impérios – e estes com as suas colônias –, a variação do PIB per capita não era tão acentuada quanto a crença popular sugere. Até a Revolução Industrial, o mundo inteiro estava preso à «armadilha malthusiana», aquela em que, segundo Thomas Robert Malthus (1766–1834), qualquer ganho de produtividade era absorvido pelo aumento populacional, mantendo os níveis de renda per capita baixos, próximos da subsistência e relativamente estáveis ao longo dos tempos e entre regiões. Quer dizer, simplificando muito, a população crescia mais do que a oferta de alimentos.

Há estudos que tentam explicar por que foi a Inglaterra do século XVIII o berço da transformação que mudou o modo de vida no planeta. Em *How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth* (2022), Mark Koyama e Jared Rubin propõem uma sequência de condições, umas mais, outras menos ao acaso, que, associadas à geografia e à cultura, explicam o país e a época. Na virada dos séculos XV para o XVI, com as grandes navegações ibéricas, houve expansão do comércio global. No mesmo período, a Reforma Protestante foi o motor do rompimento com o poder central da Igreja e do Papa. Com o cisma vieram a alfabetização dos fiéis – para o contato direto com a Palavra – e o incentivo à sua maior participação cívica, tanto nos cultos quanto na gestão e fiscalização das igrejas descentralizadas. Essas práticas serviram de alavanca para o fortalecimento do capital humano. Com o Iluminismo, a partir dos séculos XVII e XVIII, aconteceu uma profunda transformação cultural na Europa. Foram criadas redes transnacionais de ideias, em que certa elite intelectual criticava o absolutismo,

defendia a liberdade individual, a valorização da razão e da ciência e promovia a crença de que o conhecimento acumulado poderia criar condições de manipular o mundo natural e gerar inovação tecnológica. Em 1688, a Revolução Gloriosa³ limitou o poder absoluto dos monarcas britânicos, fortaleceu o papel do Parlamento e lançou as bases para um ambiente institucional que promoveria direitos e oportunidades para uma ampla parcela da sociedade. Sem um autocrata com monopólio do poder político, que atropelasse os direitos de propriedade e desencorajasse a inovação, quando chega a industrialização, a partir dos anos 1760, o Parlamento (constituído pelos donos do capital ou por quem tem a atenção deles) é soberano e o sistema jurídico e a moeda são comuns para toda a Grã-Bretanha. Havia, ainda, ausência de tarifas alfandegárias internas e de restrições regionais ao trânsito de bens, leis de patentes que protegiam e incentivavam a invenção, razoável infraestrutura de transportes e abundância de carvão e de gente para a produção e o consumo dos bens. Nesse cenário, a indústria floresceu.

Com níveis relativamente elevados de pluralismo institucional, limites ao poder absoluto dos governantes e acesso estratégico ao Atlântico, estas nações competiram nos mercados globais e também enriqueceram: Estados Unidos, o que hoje é a Bélgica e, mais adiante, França e os estados que formariam a Alemanha.

Outras nações liberais para a época copiaram o modelo britânico de incentivo à formação de capital humano, inovação, integração econômica e ideal de livre concorrência. Com níveis relativamente elevados de pluralismo institucional, limites ao poder absoluto dos governantes e acesso estratégico ao Atlântico, estas nações competiram nos mercados globais e também enriqueceram: Estados Unidos, o que hoje é a Bélgica e, mais adiante, França e os estados que formariam a Alemanha.

Desigualdade

Na segunda metade do século XIX, apogeu do imperialismo, a discrepância de renda entre potências industriais, impérios extrativistas e colônias era marcante. Administradas como base de exploração, essas últimas foram muito prejudicadas: serviam a seus senhores com o abastecimento de recursos naturais baratos (algodão, açúcar, borracha, chá), mão de obra forçada e mercado de consumo doméstico. Herança daqueles tempos, ainda hoje em muitas ex-colônias prevalecem as instituições extrativistas, aquelas que concentram poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite que se apropria dos recursos naturais, controla as infraestruturas e os serviços essenciais do Estado para explorar o povo e, assim, inibe o desenvolvimento econômico e a inovação. Daron Acemoglu e James A. Robinson expandiram o conceito em *Por que as nações fracassam* (2012); pelas pesquisas que embasaram os conceitos de instituições extrativistas e inclusivas, a dupla dividiu o Nobel de Economia de 2024 com Simon Johnson.

Herança daqueles tempos, ainda hoje em muitas ex-colônias prevalecem as instituições extrativistas, aquelas que concentram poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite que se apropria dos recursos naturais, controla as infraestruturas e os serviços essenciais do Estado para explorar o povo e, assim, inibe o desenvolvimento econômico e a inovação.

Mas, se o histórico de exploração e a perpetuação das práticas extrativistas explicam parte da diferença de renda entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Koyama e Rubin⁴ lembram que fatores geográficos e culturais também contam. Um exemplo: o Botsuana é um país da África relativamente bem governado, com renda comparativamente alta para os padrões da África Subsaariana, mas sem litoral. Não importa quão boas sejam as instituições do país, sempre será mais difícil para o Botsuana acessar os mercados chineses ou americanos do que é para o Vietnã ou o México. O país pode crescer e se sair melhor, mas será sempre limitado por sua geografia. Mas o que dizer da Venezuela, ou mesmo do Brasil – digo eu –, grandes países com clima e terras favoráveis ao agronegócio, numerosa população, vasto litoral e riquezas naturais? Seria a característica das suas instituições que impõem limites ao seu desenvolvimento? É na interseção entre geografia e história, cultura e instituições que os historiadores econômicos procuram as respostas.

Esta seção estava fechada quando a Academia Real das Ciências da Suécia anunciou o Prêmio Nobel da Economia de 2025 para os economistas Joel Mokyr, Philippe Aghion e Peter Howitt. Eles desenvolveram teorias absolutamente complementares à compreensão do desenvolvimento econômico das nações. Mokyr identificou os pré-requisitos históricos e culturais que permitiram à tecnologia tornar-se um motor de crescimento contínuo. Já Aghion e Howitt desenvolveram modelos matemáticos baseados na teoria da «destruição criativa», demonstrando como a entrada de novos produtos e tecnologias substitui processos obsoletos, gerando ganhos de produtividade. Os três economistas mostram que, embora a tecnologia e os mercados incentivem a criatividade, o papel do Estado é fundamental para preservar a concorrência, proteger a coesão social e evitar que grupos estabelecidos bloqueiem a inovação, e destacam a importância central da educação para queda da extrema pobreza global entre 1980 e 2019 ([NobelPrize.org](https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2025/), *The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 2025*).

Il buono, il brutto, il cattivo

Como demonstrei no ensaio [Vivemos melhor que os nossos avós](#), o processo de globalização, este atual, acelerado a partir dos anos 1980 e em aparente refluxo agora, tirou 1,5 bilhão de pessoas da extrema pobreza (Banco Mundial; *Our World in Data*, 2024). Muito mais na Ásia e, por todo o planeta, essa dinâmica possibilitou a uma vasta camada da população o acesso a bens, tecnologia e serviços antes exclusivos às elites. Na China, por exemplo, entre 1990 e 2019, a economia cresceu mais de sete vezes e a extrema pobreza caiu de cerca de 72% para 0,1% da população (Banco Mundial / *Our World in Data*, PIP, 2024).

Portugal também se beneficiou desse processo. Embora houvesse no país bolsões de pobreza grave e insegurança alimentar no início dos anos 1980, a série do Banco Mundial indicava 0% de pobreza extrema. A partir de 1986, com a adesão à CEE, houve atração de fundos europeus e maior abertura e expansão da economia. Em termos atuais, o PIB *per capita* saltou de 10.500 € em 1985 para 22.200 € em 2024 (*Purchasing Power Standards*, série anos 1985 e 2024), consolidando a classe média, melhorando os índices de educação e ampliando a expectativa de vida de 73,4 anos para 81,5 (*Tábuas de Mortalidade em Portugal*, maio de 2025 - INE).

Em contraste, a economia brasileira é uma das mais fechadas do planeta. Ainda assim, tirou proveito do crescimento da economia global. Houve aumento das exportações de commodities, a economia cresceu pouco mais de três vezes e, com o controle da inflação e políticas de transferência de renda, a pobreza extrema caiu de algo como 24% em 1990 para 4,4% em 2023 (Banco Mundial / IBGE, SIS, 2024). Provavelmente não por acaso, em geral mais lentas, a América Latina e a África Subsaariana valeram-se menos da prosperidade do mercado global, havendo mesmo países que seguiram em sentido oposto à expansão e à inclusão: Venezuela e Haiti; Moçambique, Madagascar, República Democrática do Congo, Malawi...

Embora a desigualdade tenha crescido ou permanecido alta dentro de cada país, desde os anos 2000 ela vem diminuindo em termos de renda *per capita* entre os países ricos e em desenvolvimento.

Entre as nações mais desenvolvidas, foi diferente: acentuou-se a concentração de renda, privilegiando os 10% mais ricos sobre os 50% mais pobres (Qureshi, Brookings Institution, 2023). Por exemplo, nos Estados Unidos, a economia, já bastante robusta, continuou a se expandir, cerca de duas vezes, nas últimas três décadas (Banco Mundial, 2024). Os milionários americanos embolsaram muito dinheiro, já os trabalhadores não perderam renda, mas ganharam bem menos. Entre 1979 e 2021, descontada a inflação, enquanto a renda do 1% mais rico avançou 206%, os salários dos 90% da base subiram 28,7% (Economic Policy Institute, 2022). Em essência, ninguém perdeu poder de compra, mas o abismo entre os mais ricos e os mais pobres se aprofundou. Onde não houve políticas focadas na transição para inserção ou reinserção de trabalhadores, redistribuição e proteção social adequadas, com o *offshoring* e a respectiva desindustrialização houve demissões, insegurança no emprego e perda relativa de renda para expressivos grupos da população; para a classe média, gerou também perda de *status*. Esse cenário gera descontentamento social e ansiedade e, com um empurrãozinho, faz crescer o nacionalismo populista e o desconforto com tudo o que pareça «globalista».

Se houve benefícios certos com a globalização, o padrão de desigualdade estrutural herdado do colonialismo permanece constante.

Embora a desigualdade tenha crescido ou permanecido alta dentro de cada país, desde os anos 2000 ela vem diminuindo em termos de renda *per capita* entre os países ricos e em desenvolvimento. Análises do

Our World in Data sugerem que, entre as economias emergentes, com frequência foi a ascensão às classes D e C de parcelas mais empobrecidas da população que fez crescer a disparidade de rendimentos; ou seja, a desigualdade ampliou principalmente pela inclusão de alguns e menos pelo alargamento do conjunto de milionários. Em entrevista ao portal *Persuasion*, em dezembro de 2023, o economista Branko Milanovic, famoso pelo gráfico da curva do elefante⁵ (resultado do exame de informações econômicas disponíveis até 2008), observou que, depois de atualizado com dados de até 2018, a curva mudou. O elefante não existe mais. Na época, os ganhos de renda estavam distribuídos de maneira quase uniforme, mas mudaram de repente, «ficou muito mais evidente que os pobres do mundo haviam, de fato, sido beneficiados pela globalização», disse ele. Sobretudo a classe média chinesa moveu-se para níveis que, antes, eram exclusivos da classe média ocidental, levando à queda da posição desta última no *ranking* global e diminuindo a distância entre as nações.

Esse processo não é linear. Não há lugar para conclusões maniqueístas. Mais evidentes são as contradições. Se houve benefícios certos com a globalização, o padrão de desigualdade estrutural herdado do colonialismo permanece constante. Em *Unequal exchange of labour in the world economy* (2024), Jason Hickel⁶ e colegas descobriram que, em 2021, embora os trabalhadores do Sul global tenham contribuído com 90% da força de trabalho mundial, receberam apenas 21% da renda geral. Seus salários são entre 87% e 95% mais baixos do que os pagos no Norte para trabalho de igual qualificação. Em termos líquidos, as economias dos países desenvolvidos se apropriaram de 826 bilhões de horas de trabalho realizadas pelo conjunto de nações periféricas, em todos os níveis de qualificação e setores. Se há 200 anos o colonialismo explorava as pessoas pela escravidão e pelo trabalho forçado, e os recursos naturais pelo poder militar, e se há 100 anos o imperialismo industrial impunha às colônias e ex-colônias o fornecimento de *commodities* e o consumo de produtos manufaturados na Europa e nos Estados Unidos, hoje prevalece a *troca desigual*, em que o Norte terceiriza o esforço físico e a poluição para o Sul. O lucro, porém, é repatriado para as sedes das empresas em seus países de origem (quase todas no Norte). Conclusão: as instituições, a geografia, as omissões dos estados e a menor especialização e produtividade do Sul não explicam completamente a desigualdade. Uma estrutura de salários e de poder econômico que favorece sistematicamente os países do Norte fecha esse diagnóstico.

Como é natural, toda a gente quer pagar menos pelos produtos e serviços que consome. E todas as empresas privadas, de todos os quadrantes e de qualquer tamanho, precisam reduzir custos. Quanto maior a concorrência, mais eficientes elas precisam ser. Mais ainda se a concorrência for internacional. Sem barreiras aduaneiras, tecnológicas e de distribuição, a concorrência global faz baixar os preços. Nas economias desenvolvidas, a atividade que não exige qualificação é desvalorizada. Por um lado, porque as grandes corporações transferem a produção para países que ofereçam subsídios e menor custo de produção, por outro lado, porque as empresas locais encontram imigrantes dispostos a trabalhar por menos. Por trás do preço que podemos pagar, com frequência estão o salário mais baixo, a precarização do emprego e a negligência com o meio ambiente. Aos olhos dos nascidos pobres, prevalece a esperança

de melhor qualidade de vida: seja pelo crescimento das economias locais, seja pela emigração. Aos olhos daqueles com média e baixa qualificação formal nos países ricos, consola pouco (ou nada) saber que um bilhão a mais de pessoas tem comida no prato todos os dias; sobressai a insegurança com o futuro pouco promissor, a instabilidade laboral e o ressentimento com a própria degradação social; resta alguma frustração, impotência, humilhação, nostalgia e, em alguns, ódio ao estrangeiro.

Para ilustrar, segundo a pesquisa *Economic Inequality Seen as Major Challenge Around the World*, do Pew Research Center, publicada em janeiro de 2025, com base em dados coletados em 36 países, na mediana, 57% dos adultos responderam que as crianças do seu país terão, quando crescerem, uma situação financeira pior do que a de seus pais. Na França, 81% dos entrevistados pensaram o mesmo; na Itália, no Reino Unido e na Austrália, 79%; no Canadá, 78%; nos Estados Unidos, 74%; nos Países Baixos, 69%; no México, 44%; no Brasil, 43%; na Argentina, 41%; na Indonésia, 22%; e na Índia, 19% (não encontrei resultado específico para Portugal). No geral, entre os 15 países para os quais há séries de dados temporais comparáveis, nesta pesquisa realizada na primavera de 2024, havia maior pessimismo entre os entrevistados nos países desenvolvidos: a parcela da população que acredita que as crianças terão uma situação financeira pior do que a de seus pais foi maior agora do que nas pesquisas realizadas antes da pandemia de COVID-19.

Carestia

A inflação mais alta e persistente em décadas, que nas democracias ainda depauperava eleitores, inflama a oposição e desassossega gestores públicos, em parte é efeito da pandemia, em parte é consequência da gestão da crise e, na parte final, é culpa de Vladimir, Bibi e Don Trump. São múltiplas causas inter-relacionadas. Primeiro, os *lockdowns* travaram a economia: gente em casa não trabalha, não recebe e consome menos; indústrias fechadas não produzem e navios vazios não saem dos portos; depois, sem os componentes de lá, as manufaturas de cá não podem entregar muita coisa, não é? Conclusão: desabastecimento e risco de recessão.

A inflação mais alta e persistente em décadas, que nas democracias ainda depauperava eleitores, inflama a oposição e desassossega gestores públicos, em parte é efeito da pandemia, em parte é consequência da gestão da crise e, na parte final, é culpa de Vladimir, Bibi e Don Trump.

Para desviar do precipício, governos e bancos centrais liberaram pacotes trilionários de ajuda às empresas e às pessoas. Com mais dinheiro na conta, a multidão foi às compras: queria pão, arroz, filé, iPhone, televisão, computador, geladeira, a Temu inteira, trocar de moto, fazer um puxadinho – coisas assim. Mas faltavam microchips, lembra-se? Sem eles, eletrônicos, carros, smart coisas, as linhas de produção e os sistemas de distribuição de quase tudo não funcionam. E, como os navios fundeados em Xangai, Shenzhen, Hong Kong, mais uns quantos portos na China, Singapura, Busan e Roterdã ficavam à espera de carga, sem contêineres que trouxessem e levassem as encomendas todas, houve disrupção

nas cadeias de suprimento. Em 2021, faltava quase tudo no mundo. Muita procura e pouco para entregar: houve aumentos generalizados de preços. Foi só o começo.

Em fevereiro de 2022, na zona do Euro, a inflação já estava perto dos 6% quando o Vladimir decidiu mandar tropas para invadir o vizinho. Na época, a Rússia e a Ucrânia estavam entre os maiores fornecedores globais de *commodities*, juntas respondiam por algo como 25% das exportações de trigo. Sozinha, a Rússia exportava 20% do gás natural – quase tudo para a Europa –, 9,5% do petróleo e 14% dos fertilizantes (desses, cerca de 28% para o Brasil), enquanto a Ucrânia, além do trigo, milho e cevada (12%) respondia por mais de 50% do óleo de girassol vendido no mundo. Na Ucrânia, mais de 10,5 milhões de pessoas foram deslocadas de suas vilas e cidades, e dessas, mais da metade foi obrigada a emigrar (UNHCR/IOM, 2024–2025).

Responsável pela morte de mais de 16 mil civis na Ucrânia e de 2 milhões de militares mortos ou feridos nos dois lados (*The Center for Strategic and International Studies*, junho de 2026), o déspota russo provocou um choque nos preços dos alimentos com destaque para a soja. A saca atingiu seu preço máximo de sempre, 36,90 USD, em março daquele ano. Base para ração animal e óleos vegetais, o preço do grão arrastou o custo de produção de carnes, leite, ovos e de alimentos processados em geral. Também o Brent atingiu preços máximos, com uma sequência de subida de até 75%, batendo em 139 USD o barril em 7 de março de 2022 (o maior patamar desde 2008). O preço do petróleo pesou nos custos de produção e transporte. A partir daí, em todo o mundo, a inflação foi generalizada, e, no pico, atingiu os 12% no Brasil, 11% no Reino Unido, 10% na zona do Euro e em Portugal e 9% nos Estados Unidos.

Os preços das *commodities* reagem às expectativas dos agentes de mercado. Quando houve a invasão da Ucrânia, as incertezas fizeram os preços dispararem. Depois, parcialmente recuperada a produção e rearranjadas as rotas, os preços de alimentos e energia caminhavam para a estabilização em níveis próximos das cotações de antes da pandemia: o Brasil, o maior produtor e exportador mundial de soja, emendou safras recordes consecutivas de grãos nos anos seguintes; a Ucrânia conseguiu um acordo mediado pela ONU e pela Turquia para escoar uma fatia da sua produção de grãos pelo Mar Negro e, depois, mais um tanto por rotas solidárias em estradas e ferrovias dos vizinhos europeus; a Arábia Saudita e os Estados Unidos, maiores produtores mundiais de petróleo, atingiram níveis próximos dos máximos históricos de extração; a Rússia encontrou na Índia um comprador seguro para o seu crude e a Europa, mesmo encontrando fornecedores alternativos, nunca cortou por completo a compra de gás russo. Quando a tendência parecia caminhar para a normalidade, Bibi convenceu seu camarada, Don, a fazer guerra contra o Irã. O americano achou que seria uma boa ideia: talvez porque nunca tivesse ouvido falar no Estreito de Ormuz, talvez porque não imaginasse que por ali passavam cerca de 20% do gás e do petróleo consumido no mundo e um terço dos fertilizantes, e certamente porque não deu ouvidos aos seus conselheiros militares. Então, seis meses depois da investida, a soja saltou de 23,42 USD para a

casa dos 29,00 USD a saca, e o petróleo de 72,48 USD para mais de 100,00 o barril (CBOT/Chicago e *Trading Economics*). Ambos com tendência de subida. Ambos puxando os preços dos alimentos, da energia, dos transportes e as taxas de juros de referência globais.

A Grande Substituição

A história da humanidade é, em grande parte, uma história de deslocamentos. Provavelmente, há cerca de 80 mil anos começamos a deixar a África, nos espalhamos por todos os continentes e nunca mais paramos de nos mudar – às vezes em massa. Atraídos pelas oportunidades ou empurrados pelas necessidades, às vezes levados à força – escravizados –, vencidos pelas globalizações econômicas, tecnológicas e culturais, ou pelas guerras, opressões e fome, ou ainda, incentivados pelos preços mais baixos das viagens e da comunicação, mudamos mais. Entre 1850 e 1914 houve a diáspora europeia, quando perto de 60 milhões de emigrantes deixaram o continente. Desde meados do século passado entramos em novos ciclos de saídas e entradas, provocados pela intensificação da descolonização, depois pela crise política e econômica generalizada na América Latina e, a partir dos anos 1990, pelo fim do Bloco Soviético.

Desde meados do século passado entramos em novos ciclos de saídas e entradas, provocados pela intensificação da descolonização, depois pela crise política e econômica generalizada na América Latina e, a partir dos anos 1990, pelo fim do Bloco Soviético.

Volto à ONU (*UN DESA, International Migrant Stock 2024*): em 1960, éramos cerca de 77 milhões de migrantes internacionais, o equivalente a 2,6% da população mundial. Em 2024, somos 304 milhões, 3,7% da humanidade. Considerando as oportunidades geradas pela globalização, pelo desenvolvimento tecnológico e pela carência de mão de obra nos países de alta renda, ainda que importante, o crescimento relativo de 42% em seis décadas não me parece uma explosão de deslocamentos. Mas reforça a tendência de aumento, que deve se intensificar com a crise climática e a baixa natalidade nos países ricos. Como sugerem as projeções da ONU, em alguns cenários, entre 4% e 5% da população viverá fora do país de nascimento até 2050. A concentração de destinos faz crescer o sentimento de ameaça: de 102 países na década de 1960 para 72 nos anos 2000 (Özden et al., 2011)⁷, o que fortalece o discurso xenófobo.

Os Estados Unidos são o principal destino: mais de 50 milhões de imigrantes; algo como 15% da população. A União Europeia mais o Reino Unido ficam logo atrás, próximos dos 45 milhões; cerca de 12% dos habitantes. Em terceiro nesse pódio – resultado das grandes obras –, os países do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait..., com 28 milhões de imigrantes. Só depois aparecem Canadá, Austrália, Turquia e Tailândia como países de destino, embora com proporções menores de estrangeiros. Portugal participa desse movimento como país de origem para 1,8 milhão de portugueses natos a viver no estrangeiro (*Observatório da Emigração, 2024*) e como país de destino para 1,6 milhão de

estrangeiros que vivem no país (INE, 2026). Já Brasil, Argentina e Venezuela, de grandes polos de atração, tornaram-se países de origem. Ainda assim, são volumes irrelevantes no contexto mundial; por isso, não constam entre os 20 maiores no quadro do *World Migration Report* (2024), da Organização Internacional para as Migrações (OIM), também ligada à ONU.

A imigração traz benefícios claros aos países de destino. Expande o PIB com o aumento do consumo interno, do empreendedorismo e da diversificação de negócios, eleva a inovação e a produtividade e melhora a arrecadação com o pagamento de impostos e contribuições sociais. Nos países com populações envelhecidas – como Japão, Itália, Grécia, Finlândia e Portugal –, é essencial para manter a força de trabalho ativa e o sistema previdenciário em equilíbrio. Em geral, o imigrante faz os serviços sujos, perigosos ou degradantes (*dirty, dangerous and demeaning*) que o nativo não quer fazer, ou atua nos setores em que a mão de obra é escassa. Com frequência, sujeita-se a jornada extenuante, tratamento assedioso e salário mais baixo, porque tem dívidas de viagem que precisa pagar, tem, na terra que deixou, família para sustentar, tem de comer e precisa de um qualquer canto para dormir no país de destino. Com compromissos demais, o imigrante teme a deportação e, por isso, sujeita-se sem denunciar o patrão. Quase sempre, o trabalho imigrante é complementar e não substitutivo; preenche as lacunas deixadas pelo nativo sem lhe tirar o emprego. Ao contrário, o imigrante faz crescer as oportunidades com seus saberes, redes e criatividade que favorecem a inovação e enriquecem a vida cultural e econômica das sociedades que os acolhem.

A imigração traz benefícios claros aos países de destino. Expande o PIB com o aumento do consumo interno, do empreendedorismo e da diversificação de negócios, eleva a inovação e a produtividade e melhora a arrecadação com o pagamento de impostos e contribuições sociais. Nos países com populações envelhecidas – como Japão, Itália, Grécia, Finlândia e Portugal –, é essencial para manter a força de trabalho ativa e o sistema previdenciário em equilíbrio.

Porém, a imigração é também fator de desestabilização. A evidência sugere que o efeito médio sobre os salários e o emprego dos nativos é pequeno ou nulo, mas em setores específicos de baixa qualificação – construção, agricultura, restauração, limpezas, cuidados –, pode haver pressão real sobre remunerações e condições de trabalho. Além disso, a chegada de estrangeiros em grande escala transforma as cidades receptoras. Podem surgir novos núcleos urbanos que exijam intervenções locais de infraestrutura, novas soluções de mobilidade, saúde, reestruturação das escolas e capacitação de professores e funcionários públicos. A depender dos grupos de imigrantes acolhidos, os menos qualificados ou em situação irregular, no curto prazo, eles podem depender mais de apoios públicos; a médio prazo, porém, tendem a equilibrar ou superar essa dependência com consumo, contribuições e impostos. A composição étnica, linguística, religiosa e cultural diversifica-se, o que é ótimo para produzir inovação. Contudo, é indesejável quando são criadas comunidades à parte, guetos, com predomínio de uma mesma etnia, religião ou língua, com baixa integração, que transformam o comércio local e reclamam costumes e moralidade de outras nações

- e, quantas vezes, rixas e conflitos importados. Acontece de os residentes nativos se sentirem estrangeiros e excluídos no bairro onde sempre viveram. Podem sentir receio. Pode haver incompreensão e intolerância de parte a parte. Pode haver dissensão entre vizinhos.

Em centros urbanos sob pressão imobiliária, como acontece em praticamente todas as grandes cidades europeias e americanas, a chegada massiva de turistas e migrantes aumenta a demanda por habitação. Quando os investimentos são insuficientes para ampliar a oferta e as legislações, já caducas face ao novo cenário, não promovem o acesso a mais moradias, os preços sobem. Afeta a toda a gente, sobretudo os nativos de baixa renda, os jovens no momento de deixarem a casa dos pais e os próprios migrantes. Aos primeiros, vítimas do processo de gentrificação, expulsos das casas em que sempre viveram, restam as regiões mais distantes ou empobrecidas. Aos que chegam, acontece de não encontrar quem lhes alugue imóvel sem fiador nem referências; às vezes, como alternativa, resta pagar muito mais ou quase o preço da casa inteira por um andar de beliche num quarto dividido com muitos outros. Sem integração, ambos, nativos e imigrantes, terão de conviver com o vizinho exótico da porta ao lado.

[A imigração] é indesejável quando são criadas comunidades à parte, guetos, com predomínio de uma mesma etnia, religião ou língua, com baixa integração, que transformam o comércio local e reclamam costumes e moralidade de outras nações – e, quantas vezes, rixas e conflitos importados.

No debate público ganham importância temas sobre identidade nacional, multiculturalismo e segurança. A depender da abordagem, a retórica pode fomentar a percepção de que os imigrantes querem viver às custas de benefícios sociais e, ao mesmo tempo, roubar os empregos dos nacionais (pois é, uma ridícula contradição); que são os únicos ou os maiores responsáveis pela inflação dos aluguéis, pela redução dos salários ou que são gente incivilizada e criminosa. E há ainda quem creia na Teoria da Grande Substituição⁸. A baixa integração social, com muita frequência, ajuda a ampliar o receio, o preconceito e a xenofobia, que alimentam a polarização dogmática entre os que defendem a imigração, outros que querem mais controles e aqueles que anseiam por deportações e fechamento de fronteiras.

Dependência estratégica

Além da imigração, para a qual os Estados receptores podem exercer um controle apenas relativo, o processo de globalização fez crescer a dependência entre países e enfraqueceu a soberania dos governos nacionais. Criou canais rápidos de contágio financeiro por livre fluxo de capitais. Esse dinheiro sem fronteiras é importante para o crescimento econômico ao permitir aos países compartilhar riscos e financiar empresas, infraestrutura e inovação, mas também é origem de vulnerabilidades. Países que acumulam muita dívida em moeda estrangeira e sem lastro de proteção estão expostos a turbulências quando os capitais decidem sair. A entrada massiva de capital externo pode inflacionar o preço de imóveis e de ações, gerar escassez habitacional e criar bolhas desses ativos. O estouro dessa bolha, com reversão do fluxo, pode acontecer por motivos alheios às decisões do executivo e tem o potencial de

gerar desajustes financeiros e recessões profundas. Independentemente da saúde econômica dos países, as mudanças na política monetária de grandes economias, assim como os abalos do sistema financeiro internacional, podem causar saídas repentinas de recursos das economias emergentes. Também as fugas de capital por efeito manada, com ou sem fundamento político e econômico, baseadas em percepção, têm o mesmo potencial de estrago e consequências. Os governos precisam prometer regras estáveis para atrair investimento, mas veem sua margem de ação reduzida pela desconfiança de que essas regras possam mudar em momentos de crise.

Na prática, os governos têm uma autonomia formal sobre a política econômica; na realidade, essa autonomia está condicionada à vigilância do capital global e a decisões tomadas fora do alcance do eleitorado nacional.

Há uma metáfora mais ou menos corrente que ajuda a entender o desafio dos gestores públicos: é como se gerissem uma represa (a economia), em que o gestor ou gestora tem o controle das comportas (as políticas internas), mas o nível da água é constantemente alterado por chuvas torrenciais ou secas extremas que ocorrem fora do seu controle (os fluxos globais). O desafio da governabilidade é ajustar o fluxo de forma que a população não sofra com enchentes nem com a falta d'água, sem que pareça, para os vizinhos (os investidores), que o executivo está manipulando a vazão de forma injusta ou desesperada. Na prática, os governos têm uma autonomia formal sobre a política econômica; na realidade, essa autonomia está condicionada à vigilância do capital global e a decisões tomadas fora do alcance do eleitorado nacional.

Ao que parece, a pandemia de COVID-19, seguida da invasão à Ucrânia (quando faltou *microchip* e todo o resto), fez soar o alarme para a fragmentação das cadeias de valor: a concentração em poucos países; a dependência externa de itens essenciais (medicamentos, equipamentos de defesa, componentes tecnológicos críticos, energia) e bens de consumo – quase tudo produzido na Ásia, e muitíssimo na China –; a fragilidade das redes de suprimentos – por desastres naturais, epidemias ou guerras – que podem paralisar a produção em países muito distantes; e os riscos estratégicos associados aos fornecedores externos, que geram preocupações de segurança nacional e soberania. Trazer as cadeias de suprimentos para próximo dos mercados finais, seja para o país de origem das empresas (*reshoring*) ou um país geograficamente próximo (*nearshoring*) foi anunciado como estruturalmente necessário em alguns setores. As mudanças estão em curso. Mas não são rápidas nem serão completas. Por décadas, a transferência contínua de empresas para fora das fronteiras levou à perda de infraestrutura, de mão de obra especializada e de capacidade de produção doméstica nos países desenvolvidos: México, Europa de Leste, Norte da África e Portugal são opções. Porém, aos vizinhos, muita vez, falta infraestrutura elétrica, de transporte ou de formação, ou há entraves legais para receber esses investimentos. Contornar essas barreiras é frequentemente um processo demorado, caro e, até aqui, inviável para alguns segmentos. Por essa razão, como alternativa, os grandes grupos transnacionais buscam agora diversificar a produção em

países «amigos», com afinidades políticas e alinhamento estratégico (*Friendshoring*): Índia, Brasil e Vietnã se apresentam. E mesmo os aumentos das tarifas de importação aplicados pelos Estados Unidos têm efeito limitado, justamente porque a decisão de onde instalar as novas plantas depende de fatores para os quais a caneta do presidente não tem poder de dissuasão.

Por décadas, a transferência contínua de empresas para fora das fronteiras levou à perda de infraestrutura, de mão de obra especializada e de capacidade de produção doméstica nos países desenvolvidos: México, Europa de Leste, Norte da África e Portugal são opções. Porém, aos vizinhos, muita vez, falta infraestrutura elétrica, de transporte ou de formação, ou há entraves legais para receber esses investimentos.

Não é novidade que essas corporações gigantes, sejam varejistas, fabricantes de automóveis, indústrias alimentícias, instituições financeiras, mineradoras, empresas de energia e petroquímicas – amigas do poder – cujas decisões de investimento podem impactar economias, influenciar legislações e ditar a agenda de desenvolvimento de países e regiões inteiras, possuem *lobbies* poderosos junto a governos e instituições internacionais que fazem pressão sobre políticas internas e diretrizes gerais. A interferência dessas organizações sempre provocou desconfiança em relação à lisura e aos objetivos de decisões administrativas que ora geram a mobilização social de grupos organizados e ora, sobretudo entre os mais jovens, semeiam desilusão com a política convencional. Paralelamente, desde o fim da Segunda Guerra, ampliaram-se em número e abrangência os acordos multilaterais, aumentou a influência de atores globais, das ONG; de instituições de governança (as Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI, a OMC, o Tribunal Penal Internacional); como vimos, cresceram também o fluxo de capitais e a interdependência econômica entre países. Mais recentemente, a emergência climática se impôs e exige colaboração internacional. Mais enfática, a COVID-19 evidenciou essa lógica. Com a internet, as *big techs* e, delas, as IA com cada vez mais alcance além-fronteiras. No conjunto são transformações que assombram e, cada vez com mais frequência, condicionam a autonomia e o desempenho dos governos.

Capitalismo de vigilância

As *big techs* exigem maior atenção: têm controle sem precedentes na intermediação da informação, da comunicação e do comércio e, mais perigoso, na modelagem do comportamento individual e coletivo. Operam globalmente e, em grande medida, sem transparência, supervisão ou regulação efetiva capaz de garantir a privacidade e a segurança de seus usuários. Em duas décadas, deram um salto em amplitude, em profundidade e, sobretudo, em faturamento. Segundo Shoshana Zuboff⁹, em *A era do capitalismo de vigilância* (2019), a atuação dessas empresas é profundamente antidemocrática: são capitalistas da vigilância que induzem as nossas decisões para que se ajustem às suas previsões. Ela argumenta que se trata de um novo sistema econômico, em que a experiência humana é capturada muito além do mínimo necessário, transformada em matéria-prima e convertida em excedente comportamental. Esse excedente

é depois organizado em produtos de previsão e vendido em mercados de futuros comportamentais. Esse modelo foi desenvolvido no Google, por tentativa e erro, assim como a Ford criou a economia da produção em massa e a General Motors descobriu a lógica do capitalismo gerencial¹⁰. As gigantes da tecnologia tornaram-se *experts* em coletar e traduzir dados, disseminar ideias e influenciar o debate público. Acompanham quase todas as nossas formas de comunicação, informação, lazer e consumo e, por critérios opacos, guiados pela lógica do engajamento lucrativo, balizam o que vemos, o que lemos e com quem nos conectamos. Dito de outra forma, são especialistas em manipular pessoas. Hoje, a lógica de negócios inaugurada no Google se espalhou por boa parte dos serviços digitais: está na Apple, na Microsoft, na Amazon, no Uber, em jogos como Pokémon Go, na câmera do celular, no teclado do computador, no GPS do carro, no *smartwatch*, no aspirador *robot*, no frigorífico inteligente, no *smart boiler*, nos dispositivos *smart* de todo tipo, na personalização de produtos, em praticamente todos os *apps*; é o sustento das redes sociais, o negócio que as tornou muito lucrativas.

As *big techs* exigem maior atenção: têm controle sem precedentes na intermediação da informação, da comunicação e do comércio e, mais perigoso, na modelagem do comportamento individual e coletivo. Operam globalmente e, em grande medida, sem transparência, supervisão ou regulação efetiva capaz de garantir a privacidade e a segurança de seus usuários.

Antes a verdade estava publicada nos jornais. Verdadeiras ou falsas notícias, até há bem pouco tempo, nada era difundido sem passar por jornalistas, profissionais capacitados a investigar, contextualizar e contar histórias; verificadores que, bem ou mal, checavam fontes e dados para evitar que informações sem lastro virassem notícia; revisores – bem menos agora – para garantir a correção dos textos; e editores, que davam e ainda dão a direção, assegurando a linha editorial e, com ela, a qualidade e o conteúdo das matérias. No jornalismo era e ainda é assim. Mas a imprensa não é nem nunca foi infalível. Nem os jornalistas ou as empresas de comunicação social são imparciais. Por isso mesmo, com a internet, quando chegaram os blogs, qualquer pessoa com um pouco de destreza com a tecnologia e alguma intimidade com a palavra podia contar a história que quisesse com total independência. Era a democratização da informação. Foi um grande frescor. Aplaudimos. Mais fácil ficou com as redes sociais, plataformas de blogs e de vídeos, os fóruns de discussão e comunidades... Na internet, toda a gente pode publicar o que quiser sem nenhuma barreira e tem acesso direto a uma infinidade de informações e de meios que antes não existiam.

Em 2023 – outra informação da ONU –, mais de três quartos da população mundial possuía telefone celular. Hoje, temos acesso aos meios, temos mais educação, somos mais alfabetizados, mas falta literacia: compreendemos pouco, interpretamos mal. Temos dificuldades de ler parágrafos inteiros, de distinguir notícia de opinião, de separar análise de narrativa. Temos milhões de *memes*, manchetes clonadas, imagens, vídeos curtos e recortes que inundam as redes com conteúdo em geral postiço, inflamado e simplista, que expõem ideias, doutrinam e provocam o engajamento. Não verificamos a

origem dessas mensagens, não ponderamos sobre a intenção do autor, recebemos e compartilhamos porque fazemos parte do grupo ou queremos fazer, sobretudo porque queremos mostrar no que acreditamos, renovar os vínculos com nossos irmãos de fé e nos sentir prestigiados ao lado deles.

Não verificamos a origem dessas mensagens, não ponderamos sobre a intenção do autor, recebemos e compartilhamos porque fazemos parte do grupo ou queremos fazer, sobretudo porque queremos mostrar no que acreditamos, renovar os vínculos com nossos irmãos de fé e nos sentir prestigiados ao lado deles.

Segundo Malcolm Gladwell, em *The Tipping Point* (2000) e *A Vingança do Ponto de Viragem* (2024), as ideias viralizam quando encontram pessoas certas, formato certo e ambiente propício. As redes sociais, com os dados que acumulam, o poder de segmentação e de distribuição que seus algoritmos têm, tornaram-se ferramentas que ampliam o poder de contágio e facilitam a geração de epidemias sociais. Aprendemos com a prática que a dinâmica das redes sociais é a do conflito. Para manter as pessoas na rede (para conhecê-las e vender mais), os algoritmos criam câmaras de eco ao mostrar temáticas semelhantes àquelas que nos envolvem e nos mantêm ligados e, pelo mesmo motivo, privilegiam os conteúdos que promovem a participação: as mensagens comoventes, controversas ou que geram sentimentos intensos são curtidas, compartilhadas e comentadas em taxas mais elevadas do que as demais. Para Alison Goldsworthy, Laura Osborne e Alexandra Chesterfield, em *Poles Apart* (2022), mesmo que improváveis e sem lógica, as ideias polarizadoras se espalham porque reforçam identidades e oferecem conforto psicológico. E Gareth Thompson, em *Post-Truth Public Relations* (2020), explica que a biologia humana e os sistemas digitais juntos facilitam a disseminação de desinformação, e que o contágio de ideias depende de sua capacidade de gerar reação emocional e engajamento, sem relação inerente com os fatos ou com a coerência. Por isso, combinando comoção, pertencimento e alienação, a fraude se espalha.

A biologia humana e os sistemas digitais juntos facilitam a disseminação de desinformação, e que o contágio de ideias depende de sua capacidade de gerar reação emocional e engajamento, sem relação inerente com os fatos ou com a coerência. Por isso, combinando comoção, pertencimento e alienação, a fraude se espalha.

O negócio e os riscos da inteligência artificial generativa têm lógica semelhante à do capitalismo de vigilância: coleta massiva de dados para persuadir e vender. Mas podem ser mais nocivos. Segundo Yaqub Chaudhary e Jonnie Penn, em *Beware the Intention Economy: Collection and Commodification of Intent via Large Language Models* (Harvard Data Science Review, 2024), esses modelos são desenvolvidos para extrair informações privadas de todo o tipo de interações, até das conversas mais banais. Com base no histórico e nos padrões de comportamento de cada usuário, os LLM são capazes de prever qual será o seu próximo passo, intenção ou demanda antes mesmo de serem formulados e, mais grave, conseguem influenciar essas escolhas na medida em que sugerem caminhos, dão ideias ou

recomendam produtos totalmente personalizados, e no momento exato em que essas necessidades aparecem. Segundo os autores, eles sabem o que cada um quer e até «o que querem querer» – conceito que batizaram de *economia da intenção*. Como exemplo, citam as sugestões automáticas de texto que vão moldando o pensamento da pessoa durante a escrita – *persuasão latente* – e o uso de personalização baseada em perfis psicológicos, com estratégias de bajulação e empatia artificial para *comoditizar* opiniões e intenções em massa. Isso abre um novo mercado de manipulação comportamental e psicológica em escala, com impacto cívico e político e um potencial de manipulação que supera em muito os escândalos de direcionamento de dados do passado (como o caso da Cambridge Analytica).

Uma sondagem do Imagining the Digital Future Center da Universidade Elon em parceria com *The Washington Post*, publicada no início de setembro de 2026, corrobora os argumentos de Chaudhary e Penn: foram entrevistados 4.268 americanos adultos – homens, mulheres, brancos, pretos, estudados e incultos, vários cortes –, e entre as descobertas consta que 27% dos entrevistados recorrem a chatbots de IA como ChatGPT, Gemini, Claude e Copilot para conversas pessoais, emocionais ou sociais, incluindo consultas de entretenimento, opiniões sobre relacionamentos, conselhos românticos ou como companhia quando se sentem sós. Quase 40% dos entrevistados com menos de 50 anos usam a IA desse jeito (mais do dobro em relação aos mais velhos). O uso é praticamente homogêneo entre gêneros, raças e níveis de escolaridade. São os *usuários de IA para companhia*, na nomenclatura dos pesquisadores. Imagine o envolvimento dessas pessoas com essas máquinas, digo eu. Agora imagine a dependência e confiança que elas depositam nas IA, e o poder de convencimento que essas amigas virtuais exercem sobre elas.

Para sobreviver, as democracias dependem de cidadãos livres, capazes de pensar, decidir, escolher, imaginar e agir com independência. Mas o poder instrumentário desse novo capitalismo – diferente do totalitarismo, já que nada impõe pela força – atua com controle e modulação do comportamento e compromete [a capacidade individual de tomar decisões autônomas](#).

Volto à Shoshana Zuboff e ao capitalismo de vigilância: para sobreviver, as democracias dependem de cidadãos livres, capazes de pensar, decidir, escolher, imaginar e agir com independência. Mas o poder instrumentário desse novo capitalismo – diferente do totalitarismo, já que nada impõe pela força – atua com controle e modulação do comportamento e compromete [a capacidade individual de tomar decisões autônomas](#). Fazemos escolhas conduzidos por tecnologias que desconhecemos. O espaço digital está acima das fronteiras e escapa à soberania dos Estados. A carestia, as migrações e a dependência estratégica estão subordinadas aos contágios que chegam de fora e, assim como as alterações climáticas, exigem entendimentos e ações coordenadas entre as nações. Da mesma forma, a distopia que as *big techs* nos oferecem exige a cooperação por meio de um pacto supranacional. Sempre atrasadas em relação à tecnologia, a justiça e as legislações nacionais são incapazes de oferecer proteção aos cidadãos. Sem uma ação coordenada que cubra grandes mercados consumidores, essas gigantes continuarão a passar as suas máquinas de extração de dados e convencimento pelas frestas entre as

legislações nacionais.

Ponto de virada

Diz-se com alguma frequência na imprensa que as pessoas estão insatisfeitas com a democracia. A justificativa, às vezes, exagerada, vaga ou incerta, a meu ver, beneficia os extremistas das franjas ideológicas, já que alimenta a descrença na capacidade das instituições de resolverem os problemas de maior impacto para a sociedade e pode gerar apatia e baixo engajamento político ou, ao contrário, adesão às ideias de grupos radicais antissistema; do tipo «queremos mudar isso tudo que está aí». E, outra vez, são os jovens os mais suscetíveis a essas conversas. O relatório *Open Society Barometer 2023: Can Democracy Deliver?*, publicado pela Open Society Foundations com base em um questionário aplicado a mais de 36 mil participantes em 30 países para avaliar a percepção geral sobre democracia, direitos, justiça, prioridades sociais e influência política global, mostra que 86% dos entrevistados querem viver em uma democracia; porém, 42% daqueles que vivem em regimes democráticos disseram que seu governo funciona mal. Entre os entrevistados de 18 a 35 anos, 35% disseram que, em certas circunstâncias, aceitariam bem que o exército governasse o país, e 20% aprovariam o governo de um líder forte que dispensasse eleições e o parlamento. Nessa faixa etária, apenas 57% concordaram que a democracia é preferível a qualquer outro regime.

Vou acumulando informações e tento fazer conexões: 42% dos entrevistados que vivem em democracias disseram que seus governos não estão funcionando bem. Bem, eu também não estou muito satisfeito com o meu, nem por isso seria capaz de apoiar uma alternativa autoritária. Segundo a Open Society, 35% dos jovens são. Antes citei *The Tipping Point*, o livro do Malcolm Gladwell. Muito, muito simplificado, a tese central é que a partir de um certo ponto crítico, as ideias e comportamentos se espalham como vírus e podem causar grandes transformações; o tal «ponto da virada». Em julho de 1932, com 37,3% dos votos, aconteceu na Alemanha: Adolf Hitler tornou-se o maior líder popular do país e com protagonismo político suficiente para, dois anos depois, tornar-se soberano absoluto. Na mesma Alemanha, em fevereiro de 2025, a AfD, abertamente neonazista, conquistou 21% dos votos nacionais, e nas eleições para o parlamento da Saxônia-Anhalt, um dos estados alemães mais empobrecidos, justo agora, em setembro de 2026, os neonazistas receberam o aval de 44% dos eleitores. Citei a Alemanha porque é o país mais emblemático para ilustrar o fenômeno que tem ressurgido na última década em todas as democracias: a retórica *anti-establishment*, o nacionalismo-populista e o messianismo político com culto ao líder forte: Reino Unido, França, Itália, Países Baixos, Portugal, Brasil... Os exemplos tomariam uma página inteira. Qual será o ponto de virada em que o vírus das más ideias nos submergerá a todos?

Recessão democrática

Em *Vivemos melhor que os nossos avós* mostrei que, embora a autodeterminação das nações tenha ampliado de duas dúzias para duas centenas de países independentes ao longo de dois séculos, na última década retrocedemos na proporção da população global que vive em democracias liberais: de aproximadamente 17% por volta de 2012 para cerca de 12,5% em 2024, segundo o relatório V-Dem, consolidado pelo *Our World in Data*. Já para a Freedom House, 2024 foi o 19º ano consecutivo de deterioração das liberdades políticas e civis no mundo. Para Larry Diamond¹¹, em *Democracy in Decline?* (2015), Portugal marca o início da Terceira Onda de democratização global; foi em abril de 1974 com a Revolução dos Cravos. Depois veio a Grécia, em julho, com a queda do regime militar que há anos governava o país. E, com a morte de Franco, em novembro de 1975, houve a transição espanhola. Na década de 1980, a América Latina e Ásia foram levadas pela mesma onda. Na década de 1990, com o fim do Bloco Soviético, o impulso chegou aos países do leste europeu. Porém, com a crise do *subprime*, de 2007 para cá, essa tendência virou; o mundo entrou numa recessão democrática, visível pelo aumento de rupturas constitucionais, pela concentração de poder em governos eleitos e pelo enfraquecimento progressivo das instituições, com estagnação ou retrocesso dos direitos civis e políticos em vários estados-chave: Mali, Níger, Tailândia, Índia, Israel, Turquia, México, Venezuela, El Salvador – os exemplos são meus.

Com a crise do *subprime*, de 2007 para cá, essa tendência virou; o mundo entrou numa recessão democrática, visível pelo aumento de rupturas constitucionais, pela concentração de poder em governos eleitos e pelo enfraquecimento progressivo das instituições, com estagnação ou retrocesso dos direitos civis e políticos em vários estados-chave: Mali, Níger, Tailândia, Índia, Israel, Turquia, México, Venezuela, El Salvador – os exemplos são meus.

No mesmo livro ele explica que atualmente são raras as democracias derrubadas por golpes de Estado violentos. Hoje, o mais comum é que morram por execução lenta e metódica de líderes eleitos: pelo uso de mecanismos legais para fazer pequenas e sucessivas agressões às normas constitucionais em decisões cumulativas que ampliam os seus poderes enquanto sufocam as instituições por dentro. As pressões externas (como sanções econômicas ou isolamento diplomático) têm eficácia limitada e, com frequência, inversa à desejada: servem de justificativa à falência institucional, às crises internas e ao mesmo tempo são usadas para inflamar o discurso nacional-populista – quase sempre aglutinador – de que a pátria está sob ataque externo.

São raras as democracias derrubadas por golpes de Estado violentos. Hoje, o mais comum é que morram por execução lenta e metódica de líderes eleitos: pelo uso de mecanismos legais para fazer pequenas e sucessivas agressões às normas constitucionais em decisões cumulativas que ampliam os seus poderes enquanto sufocam as instituições por dentro.

No artigo *Power, Performance, and Legitimacy*, de 2024, Diamond põe na balança as teorias de copo meio vazio e meio cheio. Reconhece a deterioração da tolerância política, a polarização crescente em muitas democracias e aponta a falta de confiança nas instituições como a causa central desse retrocesso. Entretanto, pondera a resiliência surpreendente da democracia: à exceção da Hungria (o artigo é de 2024), todos os Estados-membros da UE e a maioria dos países industrializados avançados permanecem com altos padrões democráticos. As democracias da terceira onda também vêm resistindo. Em muitos países onde houve reversões ou degradações, elas foram temporárias: Coreia do Sul, Polônia, Grécia, Colômbia. O Brasil esteve perto de sofrer uma ruptura democrática, mas, tentativa falhada, prevaleceu o regime constitucional. A Argentina de Milei não rompeu com a ordem democrática e, mesmo a Hungria, com a eleição de Péter Magyar, parece ter entrado num processo de rearrumação democrática. O que me incomoda são as evidências de que o copo está se esvaziando. Do mesmo artigo: enquanto na década de 1980 a taxa de colapso democrático era de 8%, na década que terminou em 2022 ela chegou a 19%; enquanto 36% de todas as autocracias se tornaram democracias entre 1983 e 1992, essa taxa caiu nas três décadas seguintes para 30%, 21% e, finalmente, 12% na década que terminou em 2022. A Índia e a Indonésia são exemplos de enormes democracias em processo de regressão democrática e, por que não, digo eu, os Estados Unidos também.

As chaves

Cismo sobre a influência desse movimento retrógrado e antidemocrático global: se está só no começo e, se for mesmo assim, por quanto tempo a democracia liberal prevalecerá. Penso na normalização do discurso truculento, disruptivo e autoritário dirigido a populações assustadas diante de ameaças reais ou idealizadas e descontentes com seus governos cada vez mais enfraquecidos por crises além-fronteiras. Afinal, são essas a origem de boa parte das frustrações dos eleitores. Pondero sobre a fragilidade institucional das nações em transição e a debilidade de seus democratas diante das pressões internas e externas contra as quais têm pouco espaço de ação. Percebo como o excesso de notícias dissonantes, verdadeiras e falsas, promove a prática populista e baralha o raciocínio, o senso de preservação e de justiça das pessoas. Espreito [a juventude desse último homem](#) de que Nietzsche falava: nascido em democracias avançadas – homem que tudo apequena –, rebanho à espera do pastor, que busca conformidade, segurança e aprovação.

Larry Diamond afirma que as democracias precisam voltar a gerar riquezas econômicas e oportunidades, ao mesmo tempo que contenham os crimes de corrupção e abuso de autoridade se quiserem revigorar o apoio à democracia entre diferentes regiões e gerações. Às democracias consolidadas propõe reformas institucionais para incentivar a participação cívica e conter a polarização; reduzir a burocracia e investir em transparência para restaurar a confiança. Às democracias incipientes prescreve leis anticorrupção, fiscalização por agências autônomas e um judiciário independente, técnico, imune à interferência política e ao nepotismo. O como fazer passa por parcerias com as universidades e organizações da sociedade

civil locais e por financiamento internacional através de doações, subvenções, empréstimos bonificados e garantias. Por fim, recomenda monitoramento contínuo de retrocessos eleitorais, priorizando atores domésticos resilientes aos apelos populistas.

Os temores reais – a desigualdade, a crise climática, o colapso das democracias liberais – parecem abstratos ou de compreensão difícil demais.

São receitas complexas para um momento em que votos além da conta querem respostas simples. É vacina e medicamento de uso contínuo, quando são muitos os que rogam por cura milagrosa. Os temores reais – a desigualdade, a crise climática, o colapso das democracias liberais – parecem abstratos ou de compreensão difícil demais. Enquanto as teorias conspiratórias parecem mais acessíveis aos correligionários do «senso comum». Muito mais simples de assimilar, a solução viria com um Estado forte, sob um líder forte e carismático, capaz de vencer os inimigos internos e externos com performance agressiva e propaganda.

Como Nasruddin, somos muitos a procurar as chaves não onde elas estão, mas onde está a luz.

Este é um texto de junho de 2025, atualizado em setembro de 2026.

Notas

1 – Mullah (mestre) Nasruddin, o «sábio tolo» da tradição sufi, é um personagem folclórico criado pelos dervixes há pelo menos 800 anos. Popular no Oriente Médio, na Turquia e na Ásia Central, apresenta-se em diferentes papéis sociais; às vezes erra contas óbvias, responde de forma desconcertante ou confunde hierarquias sociais, expondo a hipocrisia, a ausência de pensamento autônomo e a vaidade humana. Os contos protagonizados por Nasruddin podem ser lidos como simples piadas, mas há sempre camadas mais profundas, que vão do humor amoral à sutileza que empurra o iniciado um pouco mais adiante (Idries Shah Foundation).

2 – Michail Moatsos (1979) é economista grego, professor assistente na Maastricht University e *post-doc fellow* em International Development no King's College London. Especialista em medição histórica e contemporânea da pobreza global, da desigualdade e do bem-estar, com ênfase na construção e na crítica das estatísticas de pobreza ao longo do tempo. Gráfico disponível no ensaio [Vivemos melhor que os nossos avós](#).

3 – A Revolução Gloriosa (1688) marcou o fim do absolutismo na Inglaterra e a consolidação da monarquia constitucional, com fortalecimento do Parlamento e independência do Judiciário, o que levou à maior credibilidade institucional do Estado e ao reforço da segurança jurídica. Na história econômica, esse rearranjo está associado às condições basilares para o desenvolvimento econômico moderno.

4 – Mark Koyama (1982) e Jared Rubin (1979) são historiadores econômicos. Koyama é professor da George Mason University; Rubin, da Chapman University. Ambos são autores de *How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth* (2022), obra de síntese em que investigam por que o crescimento econômico moderno surgiu em alguns países e não em outros. Para os autores, instituições políticas capazes de limitar o poder arbitrário do Estado, proteger direitos de propriedade e incentivar a inovação são o fator decisivo do desenvolvimento de longo prazo. No entanto, argumentam, o sucesso britânico e a posterior «divergência global» – que afastou a Europa Ocidental e os Estados Unidos do resto do mundo em riqueza e poder – não podem ser explicados por um único fator, mas por uma sequência de contingências geográficas e culturais (religião, alfabetização, circulação de ideias) que condicionam as oportunidades e os custos de integração aos mercados globais. Além disso, os autores destacam o papel da concorrência entre Estados, da fragmentação do poder, da liberdade intelectual e da difusão do conhecimento científico como elementos centrais para explicar por que o crescimento sustentado emergiu primeiro na Europa Ocidental e se espalhou de forma desigual pelo mundo. Antes, em *Rulers, Religion, and Riches* (2017), Rubin havia explorado o papel da religião na política, argumentando que a Europa Ocidental enriqueceu porque os monarcas cederam poder à burguesia (que pagava impostos em troca de direitos), enquanto no mundo islâmico a legitimidade permaneceu ancorada no clero, o que teria desincentivado reformas institucionais pró-mercado.

5 – Branko Milanovic (1953) é economista sérvio-americano, especialista em desigualdade global, ex-economista-chefe do departamento de pesquisas do Banco Mundial, professor da City University of New York e autor de livros como *Global Inequality* (2016) e *Capitalism, Alone* (2019). Seu gráfico da «curva do elefante» (2013) tornou-se viral por ilustrar a variação da renda mundial entre 1988 e 2008: o «dorso» elevado representa os grandes ganhos da classe média emergente (sobretudo chinesa); a “tromba” empinada, o enriquecimento do 1% mais rico do mundo; e o vale profundo entre eles, a estagnação relativa da renda das classes médias e baixas do Ocidente. À época, enquanto Milanovic defendia que, em escala global, a desigualdade estava caindo devido à ascensão asiática, o economista americano David Card e colegas apresentavam estudos indicando inércia nos salários dos trabalhadores americanos, e o francês Thomas Piketty, em *O Capital no Século XXI* (2014), diagnosticava o crescimento estrutural da desigualdade dentro dos países ricos, mostrando que o retorno do capital tende a superar o crescimento econômico, o que empurra a desigualdade para cima. A combinação dessas leituras revelava um paradoxo da globalização: eficaz na redução da pobreza mundial, mas potencialmente corrosiva para a coesão social das democracias liberais.

Com o tempo, porém, o debate evoluiu: após críticas e controvérsias, em *Capital e Ideologia* (2019), Piketty ampliou o foco da análise, passando da ênfase nas forças predominantemente econômicas para o papel central das instituições, da política e das narrativas ideológicas na produção da desigualdade; a tese, muito repetida, da estagnação salarial americana ganhou contornos em estudos recentes mostrando que, nos últimos anos, os trabalhadores de menor renda nos Estados Unidos tiveram ganhos

reais impulsionados por um mercado de trabalho aquecido; e Milanovic, ao atualizar os dados até 2018, desenha um quadro menos sombrio para a desigualdade no Ocidente – o que não invalida a crítica de Piketty à concentração de riqueza, mas enfraquece a conclusão simplificadora de que a globalização seria um processo no qual apenas os muito ricos se beneficiam.

6 – Jason Edward Hickel (1982) é antropólogo, professor no Instituto de Ciencia y Tecnología Ambientales de la Universidad Autónoma de Barcelona (ICTA-UAB) e foi *Chair* em Global Justice and the Environment na University of Oslo. Sua pesquisa se concentra em economia política, desigualdade e economia ecológica, sendo crítico do capitalismo, do neocolonialismo e das métricas convencionais de desenvolvimento, a exemplo do crescimento do PIB como medida de progresso. Entre suas principais obras estão *The Divide: A Brief Guide to Global Inequality and its Solutions* (2017) e *Menos es Más: Cómo el Decrecimiento Salvará al Mundo* (2020). O conceito de “troca desigual” descreve a apropriação de valor no comércio internacional em que tempo de trabalho e recursos fluem das economias periféricas para as centrais de maneira estruturalmente assimétrica, mesmo para trabalhos de produtividade equivalente. No estudo *Unequal exchange of labour in the world economy* (Nature Communications, 2024), Hickel e colegas rastrearam o trabalho incorporado no comércio global, entre 1995 e 2021, contabilizando setor, níveis de qualificação (baixa, média e alta) e salários. Os autores mostram que as disparidades Norte-Sul não se explicam apenas por composição setorial ou por diferenças de qualificação, atingindo também segmentos de tecnologia avançada e trabalhadores altamente qualificados do Sul. Em termos líquidos, o padrão implica perda de capacidade produtiva do Sul, porque parte do trabalho realizado nesses países sustenta o consumo no Norte. O estudo também aponta que os países centrais consomem o dobro do trabalho que produzem domesticamente e revela a ampliação do fosso que separa trabalho e capital: a participação salarial no PIB mundial caiu de 54,7% (1995-1999) para 51,6% (2017-2021).

7 – Em *Where on Earth is Everybody? The Evolution of Global Bilateral Migration 1960-2000*, Çağlar Özden e colegas investigam matrizes globais de estoques bilaterais de migrantes entre 1960 e 2000, combinando mais de mil recenseamentos e registros populacionais para obter uma visão abrangente dos padrões migratórios. Os autores mostram que houve maior concentração da migração internacional em um número relativamente pequeno de países de destino, com crescimento especialmente pronunciado do fluxo Sul-Norte, que passou de 16% para 37%, destacando o papel central dos Estados Unidos e da Europa Ocidental como principais polos receptores.

8 – Teoria conspiratória segundo a qual a Europa branca e cristã está sendo invadida e destruída por imigrantes (especialmente do norte da África e da África subsaariana). A versão mais delirante afirma existir um plano organizado de troca populacional e cultural, sustentado pela esquerda e por empresários “globalistas” juntos com instituições internacionais. Trata-se de uma reformulação de mitos conspiratórios nascidos no século XIX e sustentados pelos nazistas sobre a «dominação judaica mundial».

A teoria ressurgiu no livro *Le Grand Remplacement* (2012), do escritor francês Renaud Camus (nada a ver com Albert Camus), e foi popularizada entre supremacistas brancos na Europa e nos Estados Unidos.

9 – Shoshana Zuboff (1951) é professora emérita da Harvard Business School, formada em filosofia pela University of Chicago e com PhD em psicologia social por Harvard University. Em *A era do capitalismo de vigilância*, publicado em 2019, ela descreve uma nova forma de acumulação de capital baseada na captura, processamento e monetização de dados comportamentais em escala, com implicações para autonomia individual e democracia.

10 – A produção em massa desenvolvida pela Ford Motor Company marcou a primeira grande virada do capitalismo industrial, ao padronizar tarefas e reduzir custos por meio da linha de montagem. A General Motors, sob Alfred Sloan, ampliou essa revolução ao conceber o modelo – descrito por Alfred Chandler como capitalismo gerencial – baseado em administração profissional, estruturas hierárquicas e segmentação de mercados. Se a Ford desenvolveu o protótipo de produção em massa e a GM o modelo organizacional que permitiu às grandes empresas coordenarem operações complexas em escala, a Google inaugurou o capitalismo de vigilância.

11 – Larry Diamond (1951) é cientista político norte-americano, pesquisador sênior da Hoover Institution e pesquisador sênior Mosbacher em Democracia Global no Instituto Freeman Spogli para Estudos Internacionais da Universidade Stanford, além de cofundador e coeditor do *Journal of Democracy*.